



Dossiê

LGBT+ E MORADIA

Lia Urbini

#VOTE
#LGBT

dd coleção
dadao
oossies
~;:/Cf



CASA ↑

O PROJETO “DOSSIÊS”

Uma iniciativa da Casa 1, Editora Monstra e #VoteLGBT

Um dos desafios da Casa 1 é falar sobre nossa atuação preservando as histórias e as identidades das pessoas atendidas no projeto, que frequentam o espaço, passam, trabalham ou aqui dialogam. A vivência do cotidiano do projeto suscita debates tão importantes, com potencial de transformação do debate público sobre a população LGBTQIA+ e suas interseccionalidades, que a equipe sempre se questiona: como falar sobre o que fazemos, sem expor as pessoas com quem trabalhamos? Como falar sobre saúde, sobre patologização, sobre casa, sobre respeito ao nome, sobre violência, etc. neste sentido?

O projeto “Dossiês”, em parceria com o #VoteLGBT, é uma das apostas desse processo de dialogar sobre as nossas práticas. Ao trazer grandes temáticas sobre as vidas de pessoas LGBTQIA+ em textos produzidos por pessoas LGBTQIA+, acreditamos trazer imagens, narrativas e conceitos que contribuem na disputa dos lugares de produção de sentido tradicionais.

Cada dossiê temático nasceu de uma provocação geral e cada autor ou autora assumiu um formato e um roteiro para abordar o tema de maneira livre, com tempo e espaço para trabalhar seus pontos de vista. A ideia é que a pluralidade de discursos se mantenha no íntimo desta coleção. Você pode notar que cada dossiê traça seu caminho, com escolhas linguísticas, políticas e de estilo próprias. Sobre isso, nosso trabalho enquanto editora é o de garantir essa liberdade de produção, mantendo a preocupação de que os textos possam ser compreendidos e compartilhados para o maior número de pessoas, ampliando o debate sobre os temas.

EDITORA MONSTRA E A CASA 1

O #VOTELGBT

O #VoteLGBT existe desde 2014 e busca aumentar a representatividade das pessoas LGBTQ+ em todos os espaços da sociedade, principalmente na política. Entendendo a representatividade de forma interseccional às pautas de gênero e de raça, compreende a diversidade como um valor fundamental para a democracia. Na ausência de dados sobre nossa população, fazemos pesquisas presenciais e online numa proposta de geração cidadã de dados. O #VoteLGBT tem sido uma organização parceira da Casa 1 desde sua fundação e colabora nesta coleção porque acredita na democratização das discussões que atravessam nossas vivências para além das pessoas iniciadas no ativismo e/ou com formação acadêmica.

Para mais informações, acesse votelgbt.org

#VOTE
LGBT

"Reivindico meu direito de ser um monstro."
Susy Shock

A Editora Mostra é uma iniciativa editorial da Casa 1 que tem como propósito documentar e fazer circular pensamentos produzidos por pessoas LGBTQIA+.

Fundada em 2017, a Casa 1 é um espaço de acolhida para jovens LGBTQIA+ de 18 a 25 anos que foram expulsos de casa por suas orientações afetivo-sexuais e/ou identidades de gênero. É também uma Clínica Social e um Centro Cultural aberto e gratuito para todo mundo.

Para mais informações, acesse casaum.org



SUMÁRIO

- 5 Boas-vindas
- 6 Lar? Família? Moradia?
O que isso significa pra você e pro mundo?
- 11 Parte 1 - Saindo do “armário” e de casa: pessoas LGBTQ+ e moradia
- 27 Parte 2 - Acolhidas: outras casas, outros arranjos e lutas



BOAS-VINDAS

Olá! Se você está lendo esse dossiê, provavelmente você é LGBT+ e está procurando um local seguro para morar, ou está preocupado com a situação de quem não tem um. Seja qual for o motivo, queremos que essas informações te abracem e te fortaleçam nessa luta. Juntos somos mais fortes!

Pesquisamos aqui alguns dos assuntos mais frequentes entre a população LGBT+ que enfrenta dificuldades para garantir uma casa, um teto, um abrigo. No sumário você pode encontrar diretamente a parte que mais precisa, mas te convidamos a fazer a leitura completa assim que puder, ou a conversar com alguém de confiança sobre esses temas, para pensarmos juntos sobre os motivos sociais por trás das dificuldades específicas de pessoas LGBT+ para se sentirem seguras e acolhidas. Também queremos comemorar e compartilhar o que já temos de conquistas e os caminhos possíveis para sair dessa situação.

Sinta-se em casa, ou melhor, na casa que te faz sentir-se bem. É o primeiro passo e um passo muito importante para construirmos vizinhanças e redes de apoio que garantam também nossa vida tranquila da porta pra fora.

LAR? FAMÍLIA? MORADIA? O QUE ISSO SIGNIFICA PRA VOCE E PRO MUNDO?

O que é um lar? O que estamos entendendo aqui como moradia e como família?

Uma das primeiras coisas que muitos de nós aprendemos a desenhar quando crianças é uma casinha, com uma janela e um sol. Às vezes ela tem umas árvores por perto, às vezes passarinhos, cachorros... Ou pelo menos é isso que aparece nos desenhos animados da televisão.

Na realidade, podemos nunca ter entrado numa dessas casas que a gente desenha ou vê desenhadas. Mas elas seguem sendo desenhadas. Seria um modo de fazer continuar existindo, ainda que nas nossas cabeças, uma imagem de um lugar seguro e agradável? Um lugar onde podemos nos imaginar bem?

Infelizmente, muitos de nós só conseguimos imaginar esse lugar bem distante das pessoas que nos criaram. Pensar em viver em paz e em segurança envolve conseguir se distanciar de relações de preconceito, violência e abuso. Se você é LGBTQ+, coisas aparentemente simples podem virar grandes questões na vida familiar. Usar as roupas com as quais você se sente bem, desenvolver seu jeito próprio de falar, pensar e interagir com as outras pessoas, seus gostos musicais, espirituais, de estudo ou de lazer podem incomodar quem não compartilha disso com você.

É aí que muitas pessoas LGBTQ+ conhecem o “armário”. Para evitar conflito todo dia, às vezes vamos aprendendo a guardar para a gente essas características que percebemos que incomodam as outras pessoas. Esperamos estar sozinhas para dançar uma música como queremos, experimentar outras posturas corporais, imaginar a liberdade. E uma hora o “armário” explode. Não cabe mais tanta coisa guardada e sentimos que chega a hora de arriscar a viver com as nossas características, assumir pro mundo.

Às vezes um vizinho, um parente ou uma professora nos “tiram” desse “armário”. Às vezes essa saída é de exposição, quase uma denúncia: “olha o que eu descobri, vou contar pra todo mundo!”. Mas também pode ser uma abertura de porta para conhecermos novos espaços fora de casa que nos permitem ser o que somos: “na minha aula você não

precisa abaixar a cabeça e eu não vou deixar que te agridam por ser LGBTQ+”, “vem pra minha casa que aqui a gente não tem problema”.

Seja qual for o conjunto de pessoas que esteve presente no seu crescimento, se foram as mesmas pessoas sempre, se foram casas de acolhida ou abrigos mais ou menos permanentes, houve uma história de infância LGBTQ+ e ela fez parte de quem você é hoje. Se as palavras casa, lar e família do modo como você conheceu não te agradam, não te fazem ter boas memórias, a ideia aqui é ajudar a pensar e a encontrar o que seria o lar, a casa, a família que te fazem bem.

Essa não é a história que resume todas as experiências de trajetória LGBTQ+, é claro. Tem quem tenha se identificado como LGBTQ+ desde cedo sem precisar entrar no “armário”, enfrentando desde cedo os conflitos e as delícias de não reprimir sua identidade/expressão. Há quem tenha crescido inclusive com apoio da família de criação, mas que sente a necessidade de se separar dela para experimentar algo próprio, seu corpo e suas regras em um espaço no qual se identifica mais. Há quem tenha crescido pingando de família em família, de instituição em instituição, e quem tenha experimentado períodos vivenciados nas ruas, com ou sem acompanhamento de pessoas por elas responsáveis. Há quem se identifique como LGBTQ+ depois de adulto, ou até mesmo na velhice. De todo modo, o importante aqui é lutar juntas para garantir a existência de um local seguro e agradável para morar, viver plenamente.

Breve panorama da questão da moradia no Brasil e no mundo

Todos os outros textos desse Dossiê conectam a questão da moradia com as especificidades LGBTQ+. Mas pra entender melhor essas especificidades, precisamos entender como o assunto também afeta outras pessoas não LGBTQ+.

Quando se fala sobre moradia, e em especial sobre quantas pessoas necessitam hoje de um novo local para morar, a grande maioria dos estudos e pesquisas mencionam as questões materiais envolvidas. Elas não são as únicas questões, precisamos sempre complementá-las com dados subjetivos e psicológicos, mas seguem como base fundamental para iniciar o debate.

Considerando que o Brasil é o segundo entre 180 países do mundo com maior concentração de renda,¹ com certeza pensar sobre essa dimensão é bastante importante. Com que dinheiro a gente paga nosso aluguel ou nossa prestação? Em nosso país, as pessoas situadas entre o 1% mais rico concentram 49,6% de toda a riqueza nacional.² O que isso significa? **Que tem muita gente ganhando pouco pelo seu trabalho ou mesmo desemprega-**

1 Pnud, 2019. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2019.html>. Acesso em: 27 set. 2021.

2 *Relatório de riqueza global do banco Credit Suisse*: Credit Suisse Research Institute. Global wealth report 2021. June 2021. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html>. Acesso em: 27 set. 2021.

da, porque quem produz a riqueza do país não recebe justamente pela sua contribuição, e muitos dos pouquíssimos ricos conseguem manter ou aumentar a sua riqueza investindo dinheiro não em empresas que geram trabalho, oportunidades e melhorias, mas em áreas de investimento não produtivos, os chamados investimentos especulativos, incentivados pelas próprias regras brasileiras, como a da taxaço do imposto de renda.

Cada país tem sua forma de taxar os ganhos das pessoas e assim criar e manter suas políticas públicas, e o Brasil é também um país que taxa desigualmente sua população, colocando muitos tributos no campo do consumo e não taxando lucros de empresários. Sendo assim, os mais pobres têm suas rendas proporcionalmente mais comprometidas do que os mais ricos, o que é conhecido por **tributaço desigual e regressiva**.

Não bastasse a desigualdade de renda, as poucas oportunidades de trabalho e de bons ganhos em relação às demandas da população, temos o quanto cada brasileiro precisa desembolsar para morar. Isso também varia muito de país para país. **O brasileiro compromete mais do que 30% dos seus gastos com moradia, e 70% dessa demanda é de famílias com renda de até cinco salários.**³ As contas são feitas por “famílias”, e as que ganham os menores salários acabam gastando até 40%. **Esses números acima de 30% não são recomendáveis pelos principais centros mundiais que estudam a questão, pois sabem que, quando se gasta tanto apenas para garantir abrigo, provavelmente vai faltar em outra área.** Países que oferecem programas habitacionais acessíveis para a população que precisa, boa empregabilidade, ensino, saúde, cultura e aposentadoria para seus habitantes, países que taxam seus habitantes justa e proporcionalmente aos ganhos e que criam mecanismos contra a especulação, principalmente a imobiliária, apresentam as melhores condições de moradia para a sua população.

Não é isso o que acontece para muitos de nós. A pesquisa mais recente do IBGE sobre o assunto⁴ indica que **um em cada cinco brasileiros mora em habitaço precária**. Quem não sabe dizer na prática o que significa isso, não é mesmo? De todo modo, pra explicarmos com todas as palavras essa questão, esses habitantes de moradias precárias, que somam 45,2 milhões brasileiros em 14,2 milhões de domicílios, convivem com pelo menos uma de cinco inadequaçoes habitacionais.

São elas: ausência de banheiro de uso exclusivo, paredes externas com materiais não duráveis, adensamento excessivo de moradores, ônus excessivo com aluguel e ausência de documento de propriedade.⁵

Outro dado muito importante pra se levar em conta: **como o mundo do trabalho está se transformando e sendo precarizado, e como isso afeta as nossas possibilidades de ter um teto**. E dentro disso, como as experiências são distintas quando observamos o critério racial. Olhando para o gráfico a seguir, podemos perceber que a população preta ou

3 Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018*. Análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101742.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

4 IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

5 Idem.

parda está proporcionalmente em mais “ocupações informais”.

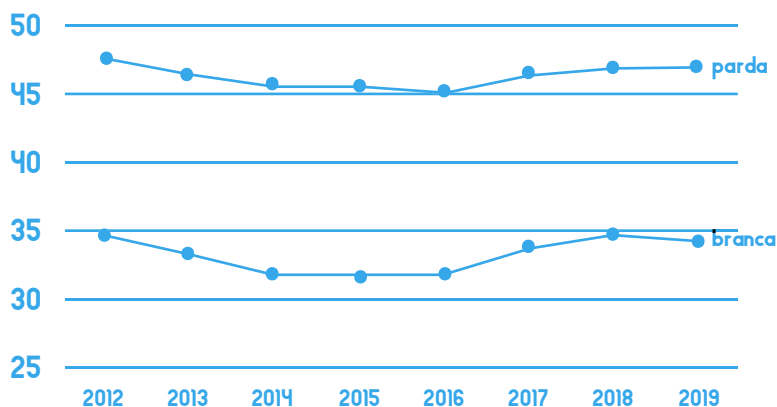
“Informal” nesse caso é qualquer um que não tenha uma carteira de trabalho nem seja funcionário público: quem vende café da manhã na calçada, motorista de aplicativo, pessoas trabalhadoras do sexo, todos estão nessa mesma categoria. Ainda que cada um desses e tantos outros trabalhos tenham seus riscos e ganhos específicos, nenhum deles está coberto por direitos sociais como seguro-desemprego, licença saúde e aposentadoria, o que a curto, médio e longo prazo repercute em maiores dificuldades de se ter os recursos necessários para morar e/ou morar dignamente.

Trabalhando informalmente, aumentam-se as chances de não se ter uma renda fixa para se candidatar a um aluguel ou a um programa de financiamento, e aumentam-se as chances de sua renda cair drasticamente de uma hora para outra e, em poucos meses, a necessidade de ir morar “de favor” em algum lugar, o despejo, a necessidade de recorrer a alguma ocupação de terra ou imóvel, ou as ruas e abrigos. Nessa mesma pesquisa do IBGE, vemos a reverberação do componente do trabalho também na questão da moradia: “entre as pessoas que residem nas moradias com inadequações, 13,5 milhões são de cor ou raça branca e 31,3 milhões pretos ou pardos”.⁶ As mulheres nesse sentido também são mais afetadas do que os homens.

Outro termo usado nesses estudos sobre moradia é o “déficit habitacional”, que podemos entender como “quantas casas estão faltando”, “quantas pessoas estão precisando de uma casa e não conseguem acesso a uma”. Aqui no Brasil, a instituição de referência para esse levantamento é a Fundação João Pinheiro, que faz desde 1995 o levantamento específico sobre o assunto. Os dados mais recentes pós-pandemia não foram analisados, mas, por um lado, **em 2019 o número mínimo estimado de casas a se construir para dar conta das necessidades de moradia da população estava em torno de 5.800.000.**⁷ Olhando pelo outro lado, **há mais casa sem gente do que gente sem casa: são 6,097 milhões de unidades vagas,** segundo dados do Censo 2010.⁸

Dentre essas casas sem gente, uma porcentagem dos imóveis está deteriorada, necessitando reparos, mas poderiam ser recuperadas em programas públicos para isso. A

Proporção de pessoas em ocupações informais (%) Por cor ou raça



Fonte: Baseado no gráfico disponível em Síntese de indicadores sociais, IBGE, 2020.

6 Idem.

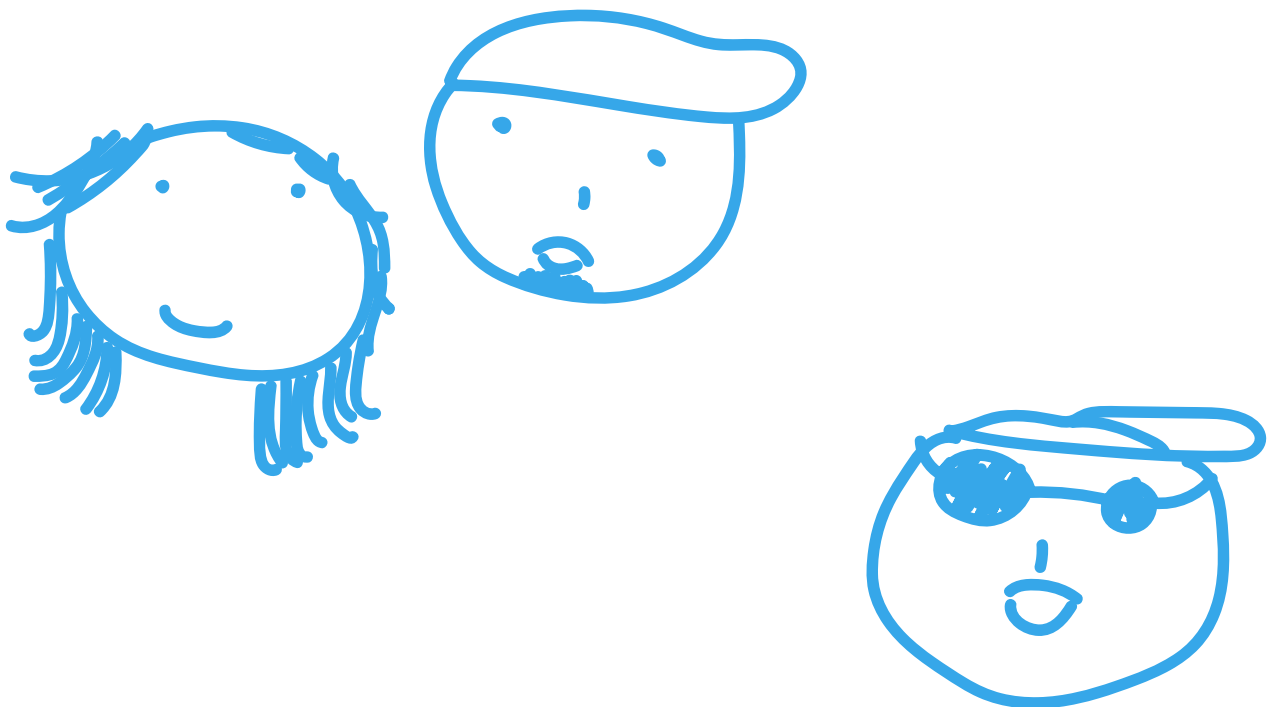
7 Fundação João Pinheiro. *Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019*/Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP, 2021. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 27 set. 2021.

8 O Censo Demográfico é a pesquisa nacional que ocorre a cada dez anos e investiga as principais características sociodemográficas da população de todos os municípios do país. O Censo de 2010 apresenta seus principais resultados no site <https://censo2010.ibge.gov.br/>.

grande maioria, no entanto, está aguardando de portas fechadas a resolução de pendências judiciais (disputas de herança, imóveis tomados por dívidas) ou um inquilino que pague valores cada vez mais altos para morar. Vários proprietários que vivem da renda dos seus imóveis preferem deixar o local vazio a reduzir o valor do aluguel para um preço pagável.

Nossa Constituição defende a propriedade privada, mas desde que ela tenha utilização social. Isso significa que não é permitido comprar milhares de quilômetros de uma fazenda e deixar parado sem produzir, aguardando o terreno se “valorizar”, ou ter dezenas de apartamentos em uma cidade e se recusar por anos a fio a alugá-los ou a ocupá-los de algum modo. É importante conhecermos esses limites para conseguirmos entender nossas situações concretas de um modo estrutural. Em outras palavras, **quando passamos sufoco para conseguir ter um teto, e quando vemos que ao nosso redor muita gente também está passando, existem motivos para isso estar acontecendo, e existem caminhos e direitos que precisamos conhecer para sair dessa. São direitos, não são favores, nem bondade. Mas precisamos brigar por eles.**

É importante entender, em termos gerais, como os elementos trabalho, renda, tributação, especulação e desigualdade social estão envolvidos nessa explicação mais estrutural dessa situação infelizmente tão comum para muitos brasileiros: estar sem teto ou ser obrigado a viver em habitações insalubres, superlotadas ou indignas. A partir de agora, vamos ver como o fato de ser LGBT+ faz com que essa experiência com a moradia precise ser analisada tendo em vista as especificidades dessa população.



PARTE 1 - SAINDO DO “ARMÁRIO” E DE CASA: PES- SOAS LGBT+ E MORADIA

Preconceito, exclusão e violência doméstica contra pessoas LGBT+

Como já começamos a abordar ali no começo, muitas vezes usamos o termo “armário” para nos referirmos àquelas situações em que não somos identificadas como pessoas LGBT+. Em nossa sociedade, onde ser cis e hétero é a norma, o “armário” é uma metáfora para quando somos lidas, de algum modo, como dentro dessa norma. Isso não necessariamente é algo voluntário ou planejado, às vezes o “armário” é uma questão de sobrevivência, e pode causar sofrimento e adoecimento. “Sair do armário”, então, é uma expressão que usamos para descrever esse passo de afirmar para as pessoas ao nosso redor que não vivemos nossa vida dentro das normas cis e hétero.

Algumas vezes, esse é um gesto que escolhemos fazer: contar para algum parente próximo que você é lésbica, gay, bi, trans etc. Outras vezes, é um gesto imposto. Outras vezes, ainda, o “armário” pode nunca ter sido uma opção, caso nossos corpos tenham sido lidos, desde a infância, como fora da norma. Quando falamos em “sair do armário” “de uma vez”, isso em geral tem a ver com assumir nossa orientação sexual e/ou identidade de gênero abertamente, mas, na prática, podemos precisar fazer isso várias vezes, nos diferentes espaços por onde circulamos. Seja como for, em nossas trajetórias, o “sair do armário” (ou a “inexistência de armário”) no ambiente onde nascemos ou crescemos é um marco importante em nossas vidas como pessoas LGBT+.

Só faz sentido, então, falar em “sair do armário” numa sociedade que supõe que todas as pessoas deveriam ser cis e hétero. Essa suposição se baseia em preconceitos relacionados à diversidade de gêneros e sexualidades. Há muitos aspectos da nossa experiência que nos obrigam ou nos constroem a agir como se as formas “masculina” e “feminina” fossem as duas únicas possibilidades de existência, uma bem separada da outra. Ou seja, ou você é menina, mulher, ou é menino, homem. E junto com essa classificação, que é feita quando nascemos, vem a expectativa de que, quando crescemos, continuemos sendo aquilo que nos foi imposto desde o nascimento e que nosso desejo se volte para o outro gênero: mulher com homem, homem com mulher.

Em nossas vidas, no entanto, é possível experimentar uma variação imensa e maravilhosa de jeitos de ser. Podemos nos identificar com outros gêneros em relação àquele que nos foi dado ao nascer, ou com nenhum. Podemos ter desejo por pessoas e corpos muito parecidos ou muito diferentes dos nossos. E tudo isso pode mudar muito ao longo de nossas vidas. Gênero e sexualidade são experiências que devem se basear na autodeterminação e no consentimento; para além disso, as trajetórias são muito plurais.

No entanto, em nossa sociedade machista, misógina, LGBTfóbica, racista e capacitista, a diversidade de corpos, gêneros e sexualidades é constantemente controlada, por meio de preconceitos e formas de exclusão e violência. Desafiar a norma pode ser um gesto de muita libertação e prazer, mas também infelizmente pode nos colocar em situação de risco. **Preconceito, exclusão e violência são, portanto, três dos muitos aspectos dessa rejeição social contra pessoas LGBT+.**

O preconceito é uma atitude de controle, isolamento e rebaixamento das pessoas que são diferentes da norma. Muitas vezes, o preconceito vem da desinformação ou falta de convívio, outras vezes ele é estimulado por discursos de ódio e silenciamento. O preconceito pode se manifestar quando uma pessoa é preferida e outra excluída em uma oportunidade de emprego, no atendimento em um posto de saúde ou mesmo entre pessoas de uma mesma família. A exclusão que vem junto do preconceito torna uma pessoa mais vulnerável a situações de violência.

Nos próximos itens desse Dossiê são destacados dois aspectos estruturais das formas de exclusão vividas pela população LGBT+: educação e trabalho, fundamentais para a garantia à moradia. Outro aspecto central na experiência da população LGBT+ no Brasil é a violência, seja ela física, psicológica, moral ou sexual, mas também econômica, social e política.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.⁹

Essa definição pode ser desdobrada em termos de LGBTfobia quando a conduta violenta se baseia na aversão à identidade de gênero ou orientação sexual de alguém. **Desde 2019, a LGBTfobia é caracterizada como crime no Brasil, mas seu enfrentamento e prevenção demandam uma série de ações no sentido de garantir direitos, combater o isolamento e a vulnerabilidade social.**

É muito difícil encontrar dados sobre a população LGBT+ no Brasil. Na maioria das vezes, as estatísticas populacionais, educacionais e mesmo de saúde não especificam as diferenças de gênero e sexualidade. Não é diferente no caso da violência, e é sempre preciso

9 KRUG, E. G. et al. Lozano R. *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. p. 5. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em 19 set. 2021.

levar em conta que os dados são falhos e incompletos.

Os *Atlas da Violência 2020 e 2021*,¹⁰ do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), explicam que essa precariedade é resultado da falta de questões relativas à identidade de gênero e orientação sexual nos censos e pesquisas oficiais, bem como nos registros de ocorrências policiais e outras formas de informação da violência. De todo modo, os dados disponíveis são alarmantes. O relatório do Atlas 2021 refere-se a dados de 2019 e, mesmo com subnotificação, registra 5.330 casos de violência contra homossexuais e bissexuais (9,8% a mais que 2018) e 3.967 casos de violência física contra pessoas trans e travestis (5,6% a mais que 2018).

O atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)¹¹ também produz dados dessa natureza e registra 1.818 denúncias e 7.036 violações¹² contra a população LGBT+ nos seis primeiros meses de 2021. Os dados divulgados classificam as vítimas como “homossexual”, “outro”, “bissexual”, “pansexual” e “assexual”. É importante observar que nos anos anteriores, o número de denúncias registradas pelo MMFDH foi de 1.159, em 2011; 3.031, em 2012; 1.695, em 2013; 1.013, em 2014; 1.983, em 2015; 1.876, em 2016; 1.720, em 2017; 2 1.685, em 2018; e 833, em 2019. O número divulgado para o primeiro semestre de 2021 sugere que este pode ser um dos anos mais violentos para a população LGBT+ da última década.

Além disso, é importante sempre considerar que não somos apenas LGBT+, também temos cor/raça, etnia, idade, capacidade corporal e biotipo, religião, nacionalidade, regionalidade etc. E vivemos todas essas diferenças de uma vez só em nossos corpos, nossas biografias. Ou seja, é importante considerar que a violência contra LGBT+ se articula à violência racista antinegro ou anti-indígena, à violência capacitista e contra pessoas com deficiência, à gordofobia, ao racismo religioso e à intolerância religiosa e às várias formas de xenofobia.

Se o Brasil é, desde a sua formação, baseado na violência, na espoliação, na expropriação e no genocídio, muitas pesquisas têm demonstrado que os discursos e crimes de ódio têm se intensificado muito nos últimos anos.

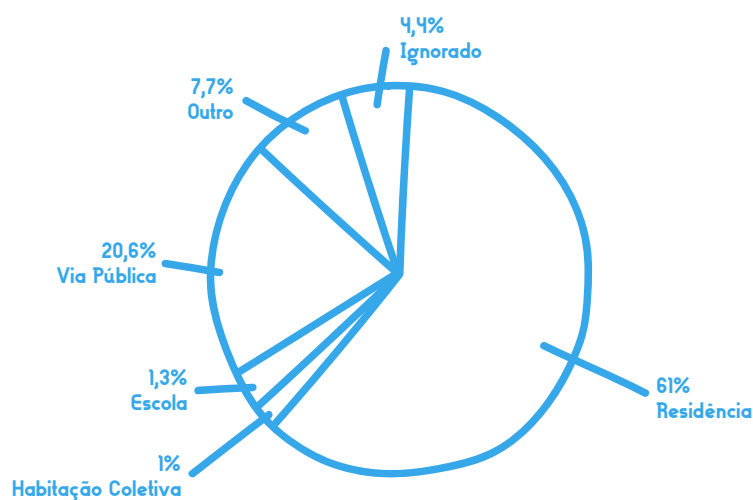
E o que a moradia tem a ver com isso? Os padrões de violência contra homens e mulheres se distribuem de forma desigual. Apesar do medo da rua escura, as mulheres em geral sofrem mais violência no ambiente doméstico e, apesar da imagem de que a rua é um ambiente masculino, os homens sofrem mais violência nos espaços públicos. Esses padrões gerais também estão presentes na população LGBT+.

10 CERQUEIRA, Daniel et al. *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: IPEA, FBSP, 2021; CERQUEIRA, Daniel et al. *Atlas da Violência 2020*. São Paulo: IPEA, 2020. Disponíveis em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em 19 set. 2021.

11 Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/paineldedadosdaondh/copy_of_dados-atuais-2021. Acesso em 18 set. 2021.

12 Seguem as definições para “denúncia” e “violação” definidas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: Denúncias – quantidade de relatos de violação de direitos humanos envolvendo uma vítima e um suspeito. Uma denúncia pode conter uma ou mais violações de direitos humanos. Violações – qualquer fato que atente ou viole os direitos humanos de uma vítima. Exemplos: maus tratos, exploração sexual, tráfico de pessoas...

Características das violências notificadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) na população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis transexuais, entre 2015 e 2017:



Fonte: Baseado no gráfico de FGV DIREITO SP. A Violência LGBTQIA+ no Brasil. São Paulo: FGV Direito, dez. 2020.

Na caracterização da violência contra pessoas LGBTQ+, a sociedade civil organizada tem sido fundamental para a produção de evidências. Relatórios do Grupo Gay da Bahia¹³ e da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) aprofundam a caracterização dessas formas de violência. Por exemplo, um boletim produzido em julho de 2020 pela ANTRA mostrou que 70% das pessoas LGBTQ+ que estiveram em isolamento social junto a familiares durante a pandemia de covid-19 sofreram algum tipo de violência, sem alternativa de espaços ou acolhidas.¹⁴

No gráfico ao lado vemos os padrões identificáveis de violência contra LGBTQ+.

Com esse gráfico podemos perceber, portanto, **como ter um teto seguro é um ponto de partida fundamental para a saúde física e psicológica das pessoas LGBTQ+.** Não há respostas simples para a violência e para a violência doméstica: muitos elementos agem para formar os agressores, e muitas pessoas e lugares são necessários para acabar com um ciclo de violência. Um ponto fundamental para o enfrentamento dessas situações é contarmos com redes de apoio e acolhida, comentados mais adiante no Dossiê.

Relacionamentos abusivos como condição para o teto

Em nossa sociedade, o espaço do lar (o ambiente doméstico) está profundamente atrelado ao que chamamos de família. Mesmo quando as pessoas não têm vínculos de parentesco, quando elas moram sob um mesmo teto é comum que comecem a se descrever em termos de família. E pensamos família tanto a partir dos laços de sangue quanto dos laços afetivos. Isso quer dizer que muitas pessoas passam a primeira parte da vida nas casas de suas famílias e saem de lá quando iniciam um relacionamento afetivo, precisam se mudar para trabalhar ou encontram pessoas com quem preferem ou podem viver - conhecidas, amigas ou um relacionamento amoroso.

Já vimos nos itens anteriores como o preço da moradia no Brasil é um fator de exclusão e desigualdade: é muito caro morar sozinho. Muitas vezes, então, encontramos

13 Oliveira, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. *Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil – 2019*: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

14 ANTRA. *Assassinatos contra travestis e transexuais em 2020*. Boletim n. 03. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2020.

abrigo em relacionamentos, seja esse abrigo emocional, afetivo ou mesmo um teto. Mas os relacionamentos amorosos também podem conter, junto do amor, a violência. Isso vale para as relações de amor com pais e mães, filhos e filhas, mas também namorados e namoradas, maridos e esposas etc. Todas essas relações podem se tornar abusivas, mas o mais comum é descrever os relacionamentos entre namorados ou os casamentos como os relacionamentos principais em que há uma dinâmica abusiva.

A antropóloga Fernanda Kalianny Martins Sousa¹⁵ mostra que o termo “relacionamentos abusivos” é relativamente recente no Brasil, ganhando maior circulação a partir de meados dos anos 2010. O termo é muito usado nas redes sociais e na internet, mas também já foi incorporado em campanhas e políticas públicas. Em geral, os debates sobre relacionamentos abusivos se voltam para relações cis heterossexuais nas quais uma mulher sofre de violências sistemáticas por seu parceiro. Sousa, no entanto, mostra como os relacionamentos abusivos também podem acontecer entre pessoas LGBTQ+, seja entre casais homoafetivos masculinos ou femininos, seja em relacionamentos com pessoas de diferentes gêneros. Neste caso também estamos lidando com um assunto com pouca documentação e muito silêncio envolvido.

Para além das questões já apontadas sobre a baixa documentação e falta de pesquisas relacionadas à população LGBTQ+, o tema da violência conjugal e dos relacionamentos abusivos é ainda mais coberto de tabus, tanto pelo aspecto de silenciamento que vem com a própria violência, quanto pelas sensações de controle e vergonha pelas quais podemos passar nessas situações. Esse quadro se agravou ainda mais com a pandemia da COVID-19 e o isolamento ou fragilização das redes de apoio que ela trouxe. No caso da violência conjugal contra mulheres, a ONU Mulheres indica que:

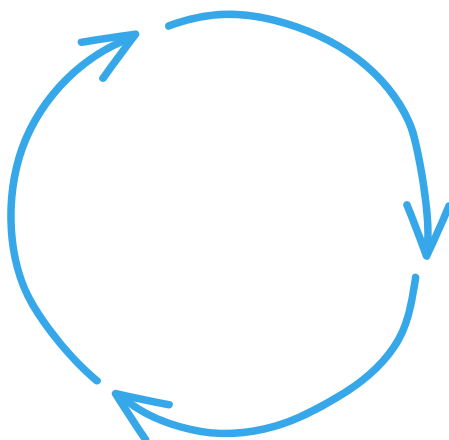
Mesmo antes da existência da Covid-19, a violência doméstica já era uma das maiores violações dos direitos humanos. Nos 12 meses anteriores, 243 milhões de mulheres e meninas (de 15 a 49 anos) em todo o mundo foram submetidas à violência sexual ou física por um parceiro íntimo. (...) A ampla subnotificação de formas de violência doméstica já havia tornado um desafio a coleta de dados e respostas, menos de 40% das mulheres vítimas de violência buscavam qualquer tipo de ajuda ou denunciavam o crime. Menos de 10% das mulheres que procuravam ajuda, iam à polícia.¹⁶

As desigualdades e estereótipos de gênero são um elemento fundamental deste tipo de violência. Mas a questão central aqui não está no gênero das pessoas, mas nas relações de desigualdade, controle e agressão que podem ocorrer nos relacionamentos. Ou seja, o fato de haver violência num casal entre duas mulheres não significa que uma delas esteja agindo “como homem” e a outra “como mulher”, mas que as relações de controle e dominação podem fazer parte até de relacionamentos que supomos ser muito “igualitários”.

15 SOUSA, Fernanda Kalianny Martins. *Narrativas sobre relacionamentos abusivos e mudança de sensibilidades do que é violência*. In: Seminário FESPSP: Incertezas do Trabalho. São Paulo: FESPSP, 2017. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/seminarios/anaisVI/GT_13/Fernanda_Sousa_GT13.pdf. Acesso em 23 set. 2021.

16 Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/#>. Acesso em 23 set. 2021.

Fase 1: Aumento da tensão
A tensão começa a aumentar na relação. As ameaças da pessoa agressora aumentam, e ela ganha mais controle. A vítima faz progressivos esforços para agradar e acalmar a pessoa agressora, e começa a perder o controle da relação.



Fase 2: Episódio de violência

A pessoa agressora se torna imprevisível e ataca a outra pessoa da relação - podendo a violência ser severa. A vítima sente-se "encurralada" e vitimizada.

Fase 3: Apaziguamento, reconciliação ou "lua de mel"

A pessoa agressora se desculpa, tornando-se carinhosa e atenciosa, podendo expressar culpa e vergonha. Pode prometer mudar o seu comportamento, e por vezes culpa a vítima por seus atos. A vítima pode ter sentimentos contraditórios e sentir-se culpada e responsável pelo abuso.

Fonte: Baseado no gráfico adaptado de Richards, Noret e Rivers (2003). MOLEIRO, Carla et al.

Uma das principais características dos relacionamentos abusivos e da violência conjugal é seu caráter cíclico, como demonstrado na imagem acima.¹⁷

A exclusão estrutural a que estão sujeitas pessoas LGBT+ agrava esse cenário. Muitas pesquisas já demonstraram como mulheres que sofrem violência doméstica ou conjugal podem passar por novas violências ao denunciá-las, tanto no contexto de uma delegacia quanto como represália por parte do parceiro. No caso de pessoas LGBT+, a LGBTfobia por parte do Estado e dos dispositivos de combate à violência e acolhimento a suas vítimas igualmente pode inibir pedidos de ajuda. Além disso, a naturalização da violência e a LGBTfobia internalizada podem fazer com que demorem a notar que aqueles gestos que inicialmente pareciam de cuidado, ou atos de ciúmes, cresceram no sentido do controle, dominação ou humilhação. Vejamos o relato de um homem gay de 32 anos, sobre um relacionamento que teve aos 23:

Já vínhamos tendo brigas motivadas por ciúme e possessividade da parte dele. Até que um dia ele explodiu e me deu um soco. Na hora, achei que ele fosse me matar porque estava muito alterado. Fingi um ataque de asma, ele destrancou a porta, e eu saí correndo (...) Mas só consegui falar sobre o que aconteceu depois de sete anos e após fazer terapia. Tinha vergonha de falar que era gay, então nem me passava pela cabeça denunciar em uma delegacia. Também tinha vergonha por ser homem e ter apanhado.¹⁸

17 *Violência doméstica - boas práticas no apoio a vítimas LGBT*: guia de boas práticas para profissionais de estruturas de apoio a vítimas. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2017. p. 31. Disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/03/Violencia-domestica_boas-pr%C3%A1ticas-no-apoio-a-v%C3%ADtimas-LGBT-Guia-para-profissionais-de-estruturas-de-apoio-a-v%C3%ADtimas.pdf. Acesso em: 16 out. 2021.

18 BRANDALISE, Camila. *Violência doméstica também existe entre casais gays*; entenda. UOL Universa, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/16/violencia-domestica-tambem-existe-entre-casais-gays-entenda.htm>. Acesso em: 16 out. 2021.

Embora a violência seja uma dimensão extremamente grave dos relacionamentos abusivos, ela pode não estar presente em termos físicos. Paulo Duarte destaca os seguintes sinais que podem estar presentes em uma relação abusiva: possessividade (isolamento de outras relações); controle (monitoramento do cotidiano, das atividades, da circulação, do dinheiro); superioridade (ações de humilhação ou rebaixamento da pessoa parceira); manipulação (mentiras, cultivo de um sentimento de culpa); mudanças de humor (oscilação entre carinho e agressão); ações que não correspondem às palavras (palavras de afeto combinadas com gestos agressivos); punição/chantagem (privar parceiro de determinadas coisas, deixar de responder); não quer procurar ajuda (evitar tratar da relação ou encarar o que faz mal, evitar buscar ajuda de terceiros).¹⁹

Não é raro que as pessoas, especialmente aquelas em uma posição mais frágil em um casal, “aguentem” atos abusivos ou violentos de parceiros por conta de dependerem deles ou delas para o próprio sustento, para ter moradia, para se sentirem seguros. Um dos objetivos deste texto, então, é reunir informações para que possamos conhecer alternativas já existentes para essa atitude do “aguentar”, ou construir caminhos em regiões em que as alternativas ainda não são sólidas.

LGBTfobia na escola

A maior parte do tempo da maioria das crianças ou adolescentes é passada com os familiares ou responsáveis legais. Dizemos “a maioria” pois sabemos que, mesmo não permitido por lei, muitas crianças são “cuidadas” por crianças maiores, normalmente parentes, ou passam bastante tempo sem supervisão de um adulto. Há também crianças e adolescentes hospitalizadas, as que estão nas ruas e os adolescentes que estão em centros de atendimento socioeducativo por terem cometido alguma infração.

A escola, por ser obrigatória hoje dos 4 até os 17 anos, aparece como a instituição que acolhe por mais tempo essas crianças e adolescentes. Há quem seja educado pela família, dentro de casa, e os internatos para quem mora nos locais de estudo, mas estatisticamente esses são casos raros. **E se essa escola não se compromete a combater as situações de discriminação e violência contra pessoas LGBT+, é possível que este espaço se torne também um local inseguro. E inseguro não apenas contra pessoas LGBT+, mas inseguro para todes.**

É comum que o assunto seja visto a partir da lógica “vítima X agressor”, “maioria X minorias”, e que ações de combate à LGBTfobia na escola sejam vistas como ações de proteção de minorias. Mas ao falarmos de escola, estamos pensando na formação social de todes que a frequentam. **Se uma escola permite que ocorra bullying e perseguições, ela está negligenciando a segurança de todas as pessoas envolvidas**, pois deveria se empenhar em não permitir a formação de agressores da mesma maneira como deveria evitar que outras sejam agredidas.

Quando uma criança ou adolescente começa a se construir como alguém que dis-

crimina e comete violências, é dever da escola e dos familiares e responsáveis agirem em conjunto para oferecer aos agressores o apoio para se perceberem errados e encontrarem as ferramentas para direcionar suas próprias frustrações, medos e desejos, de forma a não machucar a si mesmos nem ao próximo. Da mesma forma, quando uma criança ou adolescente começa a ser alvo de discriminações e violências, é dever da escola e dos familiares e responsáveis agirem em conjunto para identificar e responsabilizar os agressores e proporcionar canais de comunicação e ferramentas de intermediação de conflitos necessários para interromper os episódios violentos e lidar com as consequências da agressão. Esse é um primeiro ponto de partida da discussão que, infelizmente, não é compartilhado por muitos profissionais e instituições da área.

Isso não significa tratar da mesma maneira agressores e pessoas agredidas, obviamente. As marcas da agressão são diferentes entre quem é responsável por elas e quem as sofre. No entanto, para que o básico em relação ao combate à LGBTfobia nas escolas aconteça, é fundamental que a sociedade como um todo entenda que não é só a população LGBT+ quem ganha quando esses atos são combatidos, quando a cultura da discriminação e da violência é desconstruída. **Cada criança e jovem que recebe limites e aprende a conviver com o diferente dentro de si e na relação com o outro é uma criança ou jovem com mais condições de viver com segurança, saúde e tranquilidade.**

Em 2004, o Governo Federal lançou um programa chamado **Brasil sem Homofobia**. Esse programa previa o combate à LGBTfobia em diversos espaços públicos, e a escola era um deles. O programa **Escola sem Homofobia**²⁰ foi um desdobramento desse programa maior, e nele foi desenvolvido um conjunto de materiais que deveria circular a partir de 2011 em todas as escolas brasileiras, equipando professores, funcionários, pais, responsáveis e alunos com cartilhas e vídeos que reuniam as principais informações sobre o assunto.

No entanto, o programa foi suspenso pelo Governo pouco depois das primeiras repercussões na mídia. Sem nem ter sido compreendido ou conhecido, os materiais foram pejorativamente chamados de “kit gay” pelo setor conservador da sociedade, foi difundido que as escolas estariam distribuindo materiais que estimulariam crianças e jovens a serem LGBT+, ou mesmo que as convenceriam a “se tornarem” LGBT+.

De lá para cá, nenhuma outra política nacional para o ambiente escolar contra a LGBTfobia foi implementada. As instituições e profissionais do ensino seguem por conta própria encampando o debate, ou não encampando. Ainda que esteja no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu quinto artigo, que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, seguimos sem marcos mais rígidos para garantir que as escolas coloquem em prática o que está como lei.

Para não restar dúvidas em relação à urgência de se trabalhar esse tema nas escolas e das consequências nefastas de seguir como estamos, analisemos alguns dados presentes

20 Essa matéria da Revista Nova escola reúne as cartilhas e vídeos produzidos pelo programa e resume a polêmica em torno da suspensão do programa: <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>. Acesso em: 16 out. 2021.

no relatório sobre a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional do Brasil, desenvolvido pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), em parceria com o Grupo Dignidade.²¹

In(segurança)

60% se sentiam inseguros/as na escola no último ano por causa de sua orientação sexual.

43% se sentiam inseguros/as por causa de sua identidade/expressão de gênero.

Comentários Pejorativos: Muitos estudantes ouviram comentários pejorativos sobre pessoas LGBT

48% ouviram com frequência comentários LGBTfóbicos feitos por seus pares.

55% afirmaram ter ouvido comentários negativos especificamente a respeito de pessoas trans.

Agressão/violência

73% foram agredidos/as verbalmente por causa de sua orientação sexual.

68% foram agredidos/as verbalmente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero.

27% de estudantes LGBT+ foram agredidos/as fisicamente por causa de sua orientação sexual.

25% foram agredidos/as fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero.

56% dos/das estudantes LGBT+ foram assediados/as sexualmente na escola.

Resposta da escola/da família

36% das pessoas respondentes acreditaram que foi “ineficaz” a resposta dos/das profissionais para impedir as agressões.

39% afirmaram que nenhum membro da família falou com alguém da equipe de profissionais da escola quando o/a estudante sofreu agressão ou violência.

Faltas

Os/as estudantes tinham duas vezes mais probabilidade de ter faltado à escola no último mês se sofreram níveis mais elevados de agressão relacionada à sua orientação sexual (58,9% comparados com 23,7% entre os/as que sofreram menos agressão) ou expressão de gênero (51,9% comparados com 25,5%).

Acolhimento de estudantes LGBT+

Para 64% dos/das estudantes não existia nenhuma disposição no regulamento da escola (ou desconheciam a existência) a este respeito.

21 Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais*. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2018/07/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf> Acesso em: 27 set. 2019.

Apenas 8,3% dos/das estudantes afirmaram que o regulamento da escola tinha alguma disposição sobre orientação sexual, identidade/expressão de gênero, ou ambas.

Bem-estar

Os/as estudantes LGBT+ que vivenciaram níveis mais elevados de agressão verbal por causa da orientação sexual ou expressão de gênero (frequentemente ou quase sempre) tinham 1,5 vezes mais probabilidade de relatar níveis mais elevados de depressão (73,7% comparados com 43,6% [que sofreram menos agressão] no caso da orientação sexual; 67,0% comparados com 45,3% no caso da identidade/expressão de gênero).

Os dados falam por si próprios: o que temos na prática é uma política de reprodução da LGBTfobia no lugar do combate a ela. Como consequência das constantes agressões e da falta de apoio em denunciá-las, muitos LGBT+ acabam tendo um desempenho aquém do que poderia ser caso se sentissem seguros na escola, e a evasão escolar acaba sendo considerada uma “saída” por parte dos estudantes. Uma educação prejudicada ou interrompida são consequências diretas desse cenário.

Nesse cenário é muito importante diferenciarmos a experiência LGB da experiência TT+. Quando tomamos o conjunto da sigla, como na pesquisa citada, observa-se que a maior parcela das pessoas LGBT+ participantes desta pesquisa estava cursando ou cursou o ensino universitário (63,64%). Quando comparamos esses dados com os dados da população brasileira como um todo (Censo 2010), vemos que existe proporcionalmente mais LGBT+ com ensino superior completo do que a média da população em geral (8,31%), e mais LGBT+ com ensino médio completo ou superior incompleto (63,75%) do que a média da população em geral (23,45%). Apesar de conviverem com a LGBTfobia na escola, lésbicas, gays e bissexuais seguem mais tempo nas escolas por não enfrentarem, como a população hétero, a questão da maternidade e paternidade na adolescência e também por apostarem na via dos estudos como forma de inclusão social.

Quando observamos, no entanto, a experiência travesti e transexual nas escolas, o cenário muda radicalmente. De acordo com pesquisa de 2017 realizada pela Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil, **82% das pessoas trans abandonam o Ensino Médio entre os 14 e os 18 anos, e 90% acaba dependendo do trabalho sexual para sobreviver. No ensino superior, temos que transexuais e travestis representam apenas cerca de 0,1% do total de 420 mil estudantes das universidades federais**, a partir de um levantamento realizado em 2018 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), em parceria com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (Fonaprace). São situações profundamente diferentes, decorrentes fundamentalmente do quanto a expressão dos corpos travestis e transexuais é menos aceita em relação aos corpos cisgêneros.

Ações para disseminação de informações, ações específicas e pontuais que visem à mudança de comportamento e, principalmente, no longo prazo, ações para a mudança de valores dos agentes escolares em relação ao preconceito e à discriminação são apontadas como algumas das recomendações da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE)

Com qual trabalho conseguir estrutura para ter seu próprio teto? Discriminação e sub-remuneração da população LGBT+ no trabalho

“Ter independência financeira me ajudou, foi a partir daí que parou um pouco aquelas conversas: ‘Ah, você vai se vestir como um homem agora?’. Eu posso responder: ‘Você não paga as minhas contas mais, estou na minha casa’. Então foi uma forma de me impor.”

Essa é uma fala de uma mulher cis, branca, lésbica da classe B²³ que esteve presente na pesquisa *Diagnóstico LGBT+ na pandemia 2021*,²⁴ e sintetiza a importância de romper a dependência financeira com pessoas que se sentem autorizadas a influenciar os comportamentos de pessoas LGBT+. **Mas como construir os passos dessa independência financeira e poder morar em locais sem opressão?**

Como vimos no tópico anterior sobre escolaridade, LGBT+ enfrentam situações ao longo da sua formação que podem favorecer ao abandono escolar ou a uma aceleração da entrada no mundo do trabalho para que seja possível sair o quanto antes dos locais onde vivem, quando estes são locais inseguros, violentos e sem acolhida, o que muitas vezes se expressa na condição de se morar no mesmo teto desde que a pessoa se comporte como os donos do teto determinam.

Por conta disso, o perfil de trabalhadores LGBT+ tende a ser diferente do perfil médio brasileiro, ou seja, **pessoas LGBT+ podem partir de um grau de escolarização ou de uma experiência escolar mais prejudicada do que pessoas não LGBT+, e isso se reflete nas vagas de emprego possíveis para essas duas populações**. Mas até obter dados mais detalhados sobre esse cenário é uma tarefa complicada. Muitas pessoas LGBT+ não revelam sua identidade ou orientação de gênero em ambientes de trabalho ou em pesquisas, e mes-

23 No Brasil, uma classificação bastante utilizada para categorizar as pessoas em relação aos rendimentos é a do IBGE. Aqui temos um resumo didático dessas divisões com base no ano de 2020: “se a soma de todos os rendimentos da sua família ou de quem mora com você, incluindo salário, aluguel e qualquer outra fonte de renda, for de até dois salários mínimos, você pertence à classe E. Como o salário mínimo atual é de R\$ 1.045, pertence à classe E todo mundo cuja soma de todos os rendimentos da família for de até R\$ 2.090. Na classe D, estão as famílias que têm rendimentos entre dois e quatro salários mínimos. O que significa dizer que, se você e o pessoal da sua casa ganham juntos entre R\$ 2.090,01 e R\$ 4.180, pertencem à classe D. Na classe C, estão as famílias com rendimentos entre quatro e dez salários mínimos. Ou seja, com rendimentos acima de R\$ 4.180, mas até R\$ 10.450. As famílias de classe B são as que tem rendimentos entre dez e 20 salários mínimos, que ganham entre R\$ 10.450,01 e R\$ 20.900. E os mais ricos do Brasil, que estão na classe A, são as famílias que têm renda somada de todo mundo da casa acima de R\$ 20.900, acima de 20 salários mínimos”. Esperandio, César. *Você sabe se é rico ou pobre? Descubra se pertence à classe A, B ou C*. Uol economia, 25/09/2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/colunas/econoweb/2020/09/25/classe-a-b-ou-c.htm> Acesso em: 9 set. 2021.

24 VOTE LGBT e BOX1824. *Diagnóstico LGBT+ na pandemia 2021*. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/60db6a3e00bb0444cdf6e8b4/1624992334484/%5Bvote%2Blgbt%2B%2Bbox-1824%5D%2Bdiagno%CC%81stico%2BLGBT%2B2021+b+%281%29.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

mo o poder público não tem conseguido estatísticas suficientes para criar políticas públicas de complementos formativos e promoção de empregabilidade específicas para a população LGBT+. O principal meio de obtenção de dados populacionais no país, o Censo do IBGE, nem foi realizado no período que devia (2020), sendo adiado para 2021, e a instituição não vai incorporar perguntas específicas sobre a população LGBT+ demandadas pelos movimentos sociais.²⁵ As demais pesquisas, essenciais mas insuficientes, nos revelam dados parciais em relação à situação do trabalho entre LGBT+.

Vemos por exemplo que em 2021, de acordo com o mesmo *Diagnóstico LGBT+ na pandemia 2021*, **6 em cada 10 pessoas LGBT+ brasileiras entrevistadas tiveram diminuição ou ficaram sem renda por causa da Pandemia de Covid-19. No mesmo ano, 4 em cada 10 pessoas LGBT+ (41,55%) e 6 em cada 10 pessoas trans (58,48%) não conseguiriam sobreviver sem renda por mais de 1 mês caso percam sua fonte de renda no dia da resposta à pesquisa.** Para complementar os dados específicos de transexuais e travestis, podemos citar o levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo:²⁶ **em 2020, apenas 13% das travestis e 24% das mulheres transexuais moradoras da cidade [de São Paulo] declararam possuir trabalho formal.**

Com ganhos reduzidos ou inexistentes, abre-se caminho para a insegurança alimentar e nutricional, nome dado para quando não se consegue garantir o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Sobre o assunto, a mesma pesquisa indica que 4 em cada 10 pessoas LGBT+ (41,53%) e mais da metade das pessoas trans (56,82%) vivem em domicílios com insegurança alimentar. **Como sair de uma casa que não te acolhe ou como manter seu local de moradia com tal cenário de instabilidade?**

“Se não fossem os meus amigos e parte da minha família com doação, cesta básica e tudo, eu não estaria aqui. Assim, eu tive um princípio de depressão no ano passado por causa disso porque eu nunca passei por isso na minha vida.”

Esse é um depoimento de um homem cis, negro, gay, da classe B, também presente no *Diagnóstico LGBT+ na pandemia 2021*. Se pensarmos que mesmo alguém da classe B enfrentou esse tipo de situação, temos que redobrar as atenções para as LGBT+ das classes com menores rendimentos, que representam a maioria da população.

O depoimento também nos ajuda a entender a importância de se autossustentar e as consequências materiais e psicológicas envolvidas quando essa autonomia financeira não

25 Figueiredo, Camilla e Araújo, Mateus. *Sem dados do Censo, população LGBTI+ do Brasil continuará desconhecida por mais 10 anos*. Diadorim. Publicado em 22/02/2021. Disponível em: <https://www.adiadorim.org/post/sem-censo-populacao-lgbti-continuara-desconhecida>. Acesso em: 16 out. 2021.

26 CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. *Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo: relatório de pesquisa*. São Paulo, 2021.

é conquistada. Na pesquisa *Diagnóstico LGBTQ+ na pandemia 2021* vemos também que “pessoas LGBTQ+ que participam financeiramente em casa têm menor índice de depressão: entre LGBTQ+ cis, a prevalência de depressão é de 51% entre os que ajudam nas despesas do lar e de 56% entre os que não ajudam. Entre LGBTQ+ trans, a prevalência de depressão é de 61% entre os que ajudam nas despesas do lar e 69,5% entre os que não ajudam”.²⁷

Além da possibilidade de uma formação educacional deficitária em decorrência das especificidades da experiência LGBTQ+, quando há trabalho possível eles também tendem a ser menos bem remunerados ou restritos a setores nos quais a expressão de gênero de pessoas LGBTQ+ não seja negativamente avaliada no ambiente de trabalho.

“Nas raras vezes em que estes trabalhadores transpõem as barreiras do mercado de trabalho, eles passam por situações de constrangimento, são alvos de piadas e de divulgação vexatória diante dos coletivos de trabalho, são alocados em funções tidas como próprias do gênero com o qual se identificam e em posições subalternas dentro de ramos específicos da economia (salões de beleza, por exemplo) ou ainda em postos de trabalho invisíveis em meio às linhas de produção, tais como atendentes de telemarketing ou camareiras – posto em que, em atividades desta natureza, não há contato presencial algum com os clientes”.²⁸

No campo da legislação, a Constituição Federal e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) impedem qualquer tipo de discriminação por identidade de gênero ou orientação sexual, e a criminalização da homofobia e transfobia em 2019 pelo Supremo Tribunal Federal também colaborou para criar um ambiente jurídico de proteção dos trabalhadores LGBTQ+. Mas sabemos que esse é só um começo e que só a existência da lei não garante a melhoria da situação dos LGBTQ+. A possibilidade de se registrar um Boletim de Ocorrência (B.O.) em uma delegacia e mover um processo contra a pessoa ou contra a empresa que cometer discriminação é um recurso importante, **mas muitas outras frentes também precisam estar em movimento.**

Algumas iniciativas, como o programa TransEmpregos, cadastram currículos e fazem a ponte entre empresas e trabalhadores LGBTQ+, garantindo que empresas interessadas em disponibilizar vagas para essas pessoas, e portanto comprometidas com a inclusão, possam encontrar mais facilmente seus futuros empregados. Reserva de cotas nas universidades para a população travesti e transexual e políticas de permanência estudantil também são outros modos de agir favoravelmente na questão da empregabilidade, oferecendo condições das populações mais vulneráveis se qualificarem e não precisarem trabalhar no que não desejam. Mas precisamos de muito mais, e urgentemente.

Especificamente dentro da população trans e travesti, com aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e de miseráveis, a crise econômica, a política e aumento

27 VOTE LGBTQ e BOX1824. *Diagnóstico LGBTQ+ na pandemia 2021*, p. 14.

28 Juliani, Rafael e Scopinho, Rosemeire. *Os lugares do diferente no trabalho contemporâneo – trajetórias de pessoas LGBTQs*. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2020, vol. 23, n. 1, p.65-78 – DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v23i1p65-78. O parágrafo citado toma como referência a pesquisa de Garcia, M. R. V. (2007). “Dragões”: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, SP.

do desemprego, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra) afirma “que se mantém atual a estimativa de que **apenas 4% da população trans feminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira.** Da mesma forma, vemos que apenas **6% estão em atividades informais e subempregos,** mantendo-se aquele que é o dado mais preocupante: **90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda**”.²⁹ E como o trabalho sexual não é uma escolha para muitas pessoas trans e travestis, é apenas o trabalho possível, e ele não é regulamentado, vemos que essas são as pessoas mais expostas a riscos de saúde, violência e precariedade.

LGBT+ em situação de rua

Viver sem uma casa fixa, de modo nômade, é um modo de vida milenar, e que permanece até hoje entre diversas populações. Pode ser um estilo de vida, e não deve ser estigmatizado, como acontece por tanto tempo com os ciganos, por exemplo. O grande problema é quando as pessoas são obrigadas a sair de seus locais de moradia por pressões externas – como o preconceito, as pressões econômicas, condições psíquicas ou problemas de inserção social em decorrência de dependência química etc. – e chegam às ruas por não terem alternativa.

O conjunto de direitos violados apresentado até agora neste dossiê (nos ambientes doméstico, escolar e de trabalho) indica como existe uma trajetória por trás das pessoas LGBT+ que acabam incluídas em outra sigla: a PSR, população em situação de rua. Não possuímos até hoje nenhum censo regular nacional da população em situação de rua, e quando levantamentos localizados são realizados, não incluem perguntas específicas sobre orientação sexual e identidade de gênero. Os estudos tomam então por base a compilação dos dados oficiais levantados pelos municípios.

Na Nota técnica 73 do IPEA,³⁰ o número estimado da PSR no Brasil em 2020 era de 221.869. Em 2012, eram 92.515, ou seja, menos do que a metade. Os dados eram de antes da pandemia, que levou mais um contingente significativo de pessoas para as ruas ou para ocupações irregulares. Só para termos uma ideia de quantas pessoas esse número significa, ele representa mais pessoas do que todos os habitantes de um país como São Tomé e Príncipe, que é maior do que outros países mais conhecidos, como Andorra, San Marino, Liechtenstein, Mônaco, Groenlândia, Bermudas, Aruba...

Países como Inglaterra, EUA e Canadá também passam por um processo semelhante³¹ de aumento das PSRs, e lá também se tem a reflexão de que a quebra de vínculos familiares em decorrência da discriminação por ser LGBT+ é o fator decisivo para a empurrada

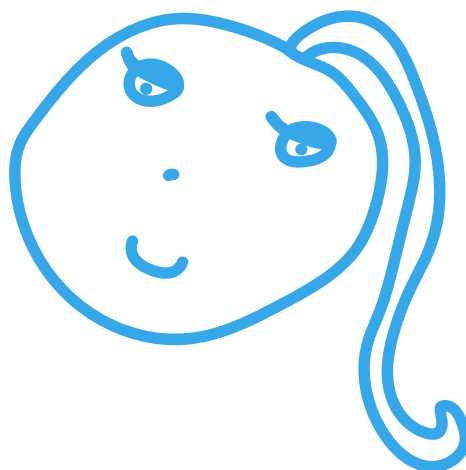
29 *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. Bruna G. Benevides, Sayonara Naidier Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

30 IPEA. Nota técnica 73. 2020. Junho. *Estimativa da população em situação de rua no Brasil*. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35812. Acesso em: 16 out. 2021.

31 Levantamento citado em CAMPOS, Dalvan; CARDOSO, Heitor e MORETTI-PIRES, Rodrigo. *Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis, SC*. Saúde debate 43, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/pYxXfnpVkhLBSRM6hMVSLR/?lang=pt>. Acesso em: 16 out. 2021.

dessas pessoas para as ruas.

O Movimento Nacional da População em Situação de Rua, o projeto SP Invisível³² e o relatório final da Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua³³ compilam relatos que ajudam a perceber a complexidade de cada história por trás de quem vive hoje nas ruas, e parte do trabalho que temos pela frente para reinserir as pessoas que se vêem obrigadas a estar em situação de rua é justamente visibilizar essa estrutura de segregação social que opera constantemente contra as LGBT+ e não reproduzir o olhar da caridade e da vitimização ao criar estruturas de acolhimento. Na Parte 2, sobre os movimentos de moradia, abordaremos mais sobre o assunto.



32 Site: https://www.spinvisivel.org/?gclid=CjwKCAjw8KmlBhB8EiwAQbqNoNWzpxbHhF9e_cdkFD4KBX14N7I7U-VcgpmcCDKopqa2qW3VdUbHghxoCA5cQAvD_BwE

33 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar*. Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília/DF/MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 16 out. 2021.

PARTE 2 - ACOLHIDAS: OUTRAS CASAS, OUTROS ARRANJOS E LUTAS

Ao longo da primeira parte do Dossiê, vimos vários fatores que podem contribuir para que uma pessoa LGBTQ+ enfrente problemas relacionados à moradia.

A partir de agora, vamos apresentar um breve panorama sobre iniciativas de acolhimento, incluindo pontos nos quais elas podem e devem ser aprimoradas, mas que já se configuram como estratégia fundamental para mudar o cenário de exclusão atual.

Famílias por afinidades e por proteção

A narrativa construída em relação às primeiras iniciativas de ação coletiva e organizada em favor da reivindicação e da defesa dos direitos LGBTQ+ em nosso país costuma mencionar como marcos fundantes eventos a partir dos anos 1970, como o surgimento de jornais temáticos (como *Lampião da Esquina* e *ChanacomChana*), a formação de organizações militantes (Grupo Somos, em 1978, e o Grupo Gay da Bahia, 1980) e as primeiras marchas e protestos de rua.

No entanto, é fundamental termos em mente naquele contexto a atuação de figuras como as travestis Brenda Lee e Andrea de Mayo e a transexual Condessa Mônica, responsáveis, entre outras, por também colaborar com a estruturação de uma rede de apoio e acolhimento sem igual para as pessoas LGBTQ+, intensificada a partir do *boom* de casos de AIDS. Brenda Lee encabeçou a iniciativa do Palácio das Princesas,³⁴ um sobrado que ela alugou no bairro do Bixiga, em São Paulo, para oferecer teto, alimentação e cuidados em geral para as LGBTQ+ que precisassem. Andrea de Mayo e Condessa Mônica colaboravam com Brenda Lee no levantamento de fundos e também foram referência na constituição de espaços de socialização nas noites paulistanas com suas boates (Nostro Mondo, da Condessa, e Prohibidus, de Andrea).

Ainda que não fosse uma iniciativa inédita, por volta dos anos 2000, outra onda de redes de acolhimento começou a ganhar destaque: as “famílias da noite”, ou “famílias LGBTQ+”. Era época de intensa atuação *skinhead*, e o arranjo

³⁴ Sobre o espaço e a iniciativa de acolhida, ver o documentário *Dores de Amor*, dirigido por Pierre-Alain Meier e Matthias Kälin. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l7e000w5g9o>. Acesso em: 15-10-2021.

das famílias conseguiu aumentar a proteção de seus membros. As famílias que tivemos acesso são formadas primordialmente por jovens LGBTQ+ da periferia da cidade de São Paulo, posteriormente expandindo sua rede para outras cidades e estados. Apesar de manterem suas especificidades, a maioria dos membros foram abandonados por parentes consanguíneos e passaram a viver em grupos, “adotando um sobrenome comum e se relacionando como parentes”.³⁵

Consultando o site do Consulado das Famílias LGBTQs,³⁶ articulação política dos movimentos das famílias LGBTQ+, é possível ter os dados básicos das principais famílias associadas, incluindo data de fundação, quantidade de membros e territórios abarcados. As informações do Consulado em outras redes sociais, como o Instagram, são mais dinâmicas e trazem mais convites e divulgações de ações em prol dos direitos LGBTQ+. As mais antigas famílias das quais obtivemos informações são a Vallentyne (2003), D’Matthah (2002) e Stronger (2006), todas essas com mais de 100 membros cada, e outras mais recentes seguem surgindo.

Algumas dessas famílias abrigam parte de seus membros sob o mesmo teto, outras são integralmente mantidas sem o laço da coabitação. Alguns membros romperam totalmente contato com seus familiares consanguíneos, outros seguem se relacionando com parentes de ambos os lados. O nome “famílias da noite” diz muito sobre um objetivo importante dessas redes: garantir proteção para que as pessoas LGBTQ+ daquele grupo possam frequentar os espaços públicos, andar nas ruas, socializar sem medo, o que é bem importante para saídas noturnas; ainda assim, essas famílias também se reúnem e fazem atividades durante o dia.

A partir disso, os membros vão criando relações cada vez mais profundas que incluem o compartilhamento de experiências, a companhia em situações por vezes consideradas embaraçosas ou tabu para as famílias consanguíneas e por vezes incluem “broncas”, brigas internas e “multas” como forma de regulação entre os parentes.

Para conhecer um pouco mais sobre o assunto, vale acompanhar as pesquisas que o antropólogo Vitor Grunvald vem realizando sobre o tema, além da produção audiovisual criada por André Bomfim e Paula Sacchetta.³⁷

Espaços religiosos e de espiritualidade

Uma avó rezando o terço católico, uma tia indo receber passe no centro espírita, um pai incorporando entidades no jarê, uma prima convidando para o encontro da juventude evangélica. Um amigo indígena compartilhando canções de pajelança, uma amiga que pede companhia numa cremação de um familiar budista. A ida a benzedeiros, a terreiros, mandingas, simpatias, faixas na rua agradecendo ao Santo Espedito pela graça alcançada...

35 Guedes, Daniela. *Qual lugar das parentalidades negras no estudo das famílias LGBTQIA+?* Poster apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia. Disponível em: <https://www.32rba.abant.org.br/>. Acesso em: 15-10-2021.

36 <http://consuladolgbt.blogspot.com/>

37 Sinopse dos capítulos da série documental sobre as famílias LGBTQ+: <http://mirafilmes.net/photos/familias>

É praticamente impossível crescer sem ter convivido, ainda que de maneira relativamente distante, com alguma prática de espiritualidade ou religiosidade ao longo das nossas criações. No último Censo demográfico (2010), 90% da população brasileira se declarava filiada a alguma religião. No entanto, essas práticas podem tanto “religar” seus membros, criando espaços e atividades comuns que fortalecem laços, como “desligá-los”, se tornando espaços de estímulo à exclusão.

Alguns pastores, padres e líderes religiosos podem realizar uma interpretação LG-BTfóbica dos seus livros ou conjunto de princípios sagrados e fomentar verdadeiros rachas familiares, incentivando a reprimenda das expressões de gênero e sexualidade tidas como proibidas e indesejadas e a autocensura de muitas pessoas LGBTQ+ que não desejavam ter que escolher entre a sua fé ou seu direito de viver plenamente com a aparência e os afetos que lhes correspondem. Terapias de “conversão”, “cura gay” e exorcismos são apenas algumas dessas formas de não acolhimento, e inclusive de opressão e violência.

Contra esse tipo de situação, foram sendo desenvolvidas as chamadas igrejas inclusivas, e alguns espaços religiosos/espirituais que segregavam também foram se questionando e criando maneiras de incluir LGBTQ+ entre seus membros. LGBTQ+ também foram se consolidando como líderes religiosos nesse processo, espaço que antes era vetado a muitos.

No caso das igrejas evangélicas, partindo de dados da Aliança Nacional LGBTQI+, “a capital de cada unidade da federação tem, hoje, pelo menos um desses espaços religiosos. Apesar de os números serem dinâmicos, a entidade estima que a quantidade de igrejas inclusivas em todo o Brasil passe dos 150”.³⁸

Dentro do universo católico, as declarações tímidas como a do Papa Francisco, que começou seu papado dizendo que não julgava as LGBTQ+, reverberaram tanto que ele teve que em seguida já se “endireitar” e afirmar que não as abençoava.³⁹ Em contraposição, articulações como a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBTQ⁴⁰ atuam cotidianamente para garantir não precisar escolher entre a fé e a sexualidade.

O destaque aqui vai para as religiões de matriz africana. Apesar de não estarem livres de reproduzir preconceitos, e também terem alguns tabus, criaram espaços religiosos nos quais, em geral, as pessoas LGBTQ+ estiveram acolhidas. De acordo com Silva, “o Candomblé tem origens matriarcais, embora o homem tenha uma relevante importância. Por esse motivo, nos rituais do Candomblé não só na tradição Yorubá, mas também nas de Caboclo, que é o culto a Orixás e entidades de ancestrais ameríndias e na Umbanda, a cosmovisão africana está embutida, e as pessoas são olhadas a partir de suas personalidades e de seu compromisso com a religião e não a partir de seus órgãos genitais e rótulos pré-estabelecidos”.

38 ANIBAL, Felipe. *Arco-íris da fé*. Revista Piauí, 27 dez. 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/arco-iris-da-fe/>. Acesso em: 15 out. 2021.

39 BARREIROS, Fernanda. *Após decisão do Vaticano, católicos LGBTQ questionam falas do Papa Francisco sobre não julgar união gay*. Uol. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/apos-decisao-do-vaticano-catolicos-lgbt-questionam-falas-do-papa-francisco-sobre-nao-julgar-uniao-gay>. Acesso em 16 out. 2021.

40 Informações sobre a rede podem ser obtidas no site <https://www.redecaticoslgbt.com.br/>. Acesso em 16 out. 2021.

dos por normas hegemonicamente heterossexuais”.⁴¹ De qualquer modo, vale a atenção para que mesmo esses espaços de maior acolhida continuem atentos para sempre melhorar e também a não retroceder. O pesquisador Miguel de Melo, por exemplo, pesquisou a LGBTfobia na tradição religiosa iorubá do ifá, e identificou que a interferência de valores de vertentes LGBTfóbicas cristãs e islâmicas também alteravam as práticas dentro das comunidades de matriz ancestral iorubá, incluindo discriminações antes inexistentes.

As iniciativas de inclusão são, portanto, fundamentais para que cada LGBT+ que deseje ter uma expressão religiosa ou espiritual tenha esse direito (que, aliás, é constitucional) garantido, sem passar por situações de discriminação e violência. No entanto, não podemos fechar os olhos para a desproporção desses espaços inclusivos em comparação com a ofensiva reacionária e LGBTfóbica que infelizmente está se aproveitando da fé, da vulnerabilidade, do desespero e da solidão de tantas pessoas para insuflar condutas violentas e segregatórias entre os seus fiéis.

Vivemos, em pleno 2022, num país cuja representação LGBT+ na política ainda é muito pequena.⁴² Quando conseguem se eleger, precisam enfrentar o preconceito entre seus colegas (Marielle Franco e Jean Willys são os exemplos mais conhecidos, mas temos tantos outros). Além disso, vemos a Bancada da Bíblia atuando sistematicamente contra os direitos das mulheres e das pessoas LGBT+, reivindicando a sua versão exclusiva e excludente de família. Vemos projetos essenciais para a sobrevivência de LGBT+ sendo barrados por pessoas que se dizem religiosas, se dizem agindo em nome dos valores, e que na verdade estão cultivando o fundamentalismo e a intolerância.⁴³

Para completar, boa parte dos serviços públicos que não conseguem ser realizados por funcionários do Estado (que deveria ser laico) passa para as mãos de organizações sociais de caráter religioso: tratamento de dependência química, creches, asilos e assistência para privados de liberdade e para a população de rua são alguns deles. Há atuações responsáveis e que separam as esferas dentro desse campo, mas também há oportunismo, e, nesses casos, a religião já vem dentro do pacote da assistência, sem que você possa usufruir da assistência sem aderir aos valores dos que a oferecem.

Nesse contexto, portanto, os esforços pela inclusão precisam ser contínuos, ainda que em determinados momentos, como os que atravessamos agora, eles devam ser redobrados, a depender do tamanho da ofensiva LGBTfóbica que se apresenta.

41 SILVA, R. *O babado do xirê e da gira: gênero e diversidade sexual nas religiões afro-brasileiras*. Artigo apresentado no XI Congresso nacional de educação EDUCERE, 2013, Realizado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, de 23 a 26 set. 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9304_6813.pdf. Acesso em: 16 out. 2021. Ver também a dissertação de Milton Santos sobre o assunto: Santos, Milton Silva dos. *Tradição e tabu: um estudo sobre gênero e sexualidade nas religiões afro-brasileiras*. 2007. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

42 Sobre o assunto, ver: *Dossiê Comunidade LGBT+ e Partidos Políticos no Brasil*, publicado pela Editora Monstra/Casa 1 e #VoteLGBT. Disponível em: <https://monstra.casaum.org/publicacoes/>. Acesso em: 16 out. 2021.

43 Mais sobre a Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional em Visnadi, Marcos. *De quem é esta efígie?* Revista Geni, n. 16, out. 2014. Disponível em: <https://revistageni.org/10/de-quem-e-esta-efigie/>. Acesso em: 16 out. 2021.

Abrigos e casas de acolhida LGBT+

Como vimos no item sobre famílias por afinidade, não é de hoje nem a necessidade de teto para as LGBT+ nem a mobilização de indivíduos para contemplar essa demanda. Por muito tempo, entretanto, essas iniciativas tiveram um caráter bastante personificado, dependendo da ação de figuras específicas. Progressivamente, muitas dessas iniciativas se formalizaram para poder ampliar suas ações, receber financiamento de maneira regular e profissionalizar suas atividades, formando ONGs, fundações e associações.

Atualmente, algumas das principais cidades do Brasil já contam com algum espaço de acolhida que inclua moradia em seus serviços:

Casa Aurora	Salvadora (Bahia)	jovens queer de 18 a 29 anos em situação de vulnerabilidade social
Casa Cristal Lilás	Salvador (Bahia)	LGBT+ e mulheres heterossexuais cisgêneras
Casa Transformar	Fortaleza (Ceará)	LGBT+
Casamor	Aracaju (SE)	comunidade de pessoas LGBTI+ que se encontram em situação de vulnerabilidade social
Casa Miga	Manaus (AM)	acolhe pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, além de imigrantes ou refugiades LGBTI+
Casa Rosa	Brasília (DF)	público adulto LGBTQ+ em situação de vulnerabilidade social
Casa Nem	Rio de Janeiro (RJ)	pessoas LGBTI+ em situação de vulnerabilidade social, principalmente transexuais e travestis
Casa Florescer	São Paulo (SP)	Mulheres transexuais e travestis
Casa 1	São Paulo (SP)	acolhida de jovens LGBTI+ expulsos de casa

Manter esses locais é uma tarefa hercúlea, e em geral essas casas se valem de vaquinhas online, recebem doações de pessoas físicas e jurídicas e organizam eventos para arrecadar fundos. Nesse sentido, seria muito importante que surgissem políticas públicas para atender a essa demanda.

Se alguém busca hoje na internet a respeito de casas de acolhimento ou abrigos LGBT+ no Brasil, as informações ainda estão bastante desorganizadas. As casas que conseguem manter um site atualizado e redes sociais ativas se destacam, mas muitas contam apenas com um perfil de Facebook ou de Instagram. No caso das pouquíssimas iniciativas estatais, por ser atribuição das prefeituras organizar os abrigos públicos, é possível achar algumas referências de cidades que desenvolveram espaços específicos à população LGBT+, como São Paulo, Araraquara e Brasília. Não há nada partindo do governo federal que centralize essas informações e nenhum programa de incentivo para auxiliar as prefeituras nesse

trabalho. Em outros casos, alguns abrigos sem especificidade de público recebem formações para os profissionais e adequações de espaço para contemplar o público LGBT+, mas a necessidade de dividir quarto com grandes quantidades de pessoas divididas apenas entre as categorias “homens” e “mulheres” faz com que a partilha do espaço seja intimidadora e potencialmente perigosa para LGBT+.

Quando há violência envolvida, as mulheres acabam podendo recorrer às casas de acolhida administradas pelas secretarias municipais, dado que a rede de amparo às mulheres em situação de violência é maior e mais antiga, mas não há garantias de que as especificidades em relação à sexualidade e/ou à identidade de gênero sejam levadas em conta com a qualidade desejada. Para os homens trans, gays e bissexuais e para as travestis, a lacuna de serviços é ainda maior.

Alguns municípios mantêm Centros de Referência, funcionando em horário comercial, para concentrar os principais serviços especializados para essas populações, incluindo assistência social, estudantil, médica e jurídica. Mas a garantia de um local seguro para dormir, guardar seus pertences e ter um tempo para se estabilizar e construir algum caminho de autonomia seria o mínimo que o Estado deveria oferecer, uma vez que as políticas públicas anteriores contra a LGBTfobia nas escolas, nas casas e no ambiente de trabalho não estão surtindo efeito suficiente para interferir na chegada dessas pessoas às ruas.

Adoção

Com a Constituição de 1988, se consolidou como direito das crianças e dos adolescentes a convivência comunitária e familiar. Sendo assim, quando a “família natural” – nome dado ao conjunto de pessoas que gerou uma criança, junto de seus descendentes – e a “família estendida” – nome dado ao conjunto de parentes próximos com os quais a criança ou adolescente estabeleceu laços – cometem negligência, maus-tratos, opressão ou abandono, elas perdem o direito de permanecer com os filhos, o que é conhecido como “guarda”.

Esse mecanismo é importante para garantir que crianças e adolescentes tenham seus direitos respeitados em sua criação: que possam estudar, que sejam assistidos nas necessidades médicas, afetivas e de acompanhamento do crescimento em geral. Quando isso não acontece, o Estado deve entrar em ação para averiguar as possibilidades de programas de apoio à família, e apenas em casos nos quais todas as opções já foram tentadas é que se passa então ao momento de retirada da guarda.

Dado que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, é notável que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleça marcos em relação à proteção das famílias mais pobres. De acordo com o Estatuto, a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para perda ou suspensão do poder familiar; apesar de ser um obstáculo considerável para o cuidado adequado dos filhos, há muitas famílias com recursos materiais que não conseguem dar conta dos direitos mínimos dos filhos, assim como há famílias que precisam de auxílio para garantir alimento e teto, mas não falham com o cuidado dos seus.

Também é por isso que em nosso país a prática conhecida como “barriga de aluguel” é ilegal. Dentro de nosso ordenamento jurídico, apenas cabe a “barriga solidária”, uma

“cessão temporária do útero” de uma pessoa com útero, parente até 4º grau, que queira engravidar para viabilizar a maternidade/paternidade para outras pessoas. Nesses casos, nenhuma relação financeira pode ser estabelecida entre as partes.

Dentro desse cenário sobre as possíveis organizações familiares não biológicas, é muito comum que crianças e jovens adolescentes LGBT+, por parte dos adotáveis, e famílias LGBT+, por parte dos adotantes, enfrentem mais barreiras do que os seus correlatos não-LGBT+. Ainda que o IBGE tenha estimado em 60 mil o número de casais homoafetivos vivendo juntos no país, somente a partir dos anos 2000 é que começaram as primeiras conquistas jurídicas de adoção por essa parcela da sociedade.

Havia um enorme impasse jurídico em relação a esse tipo de adoção, e apenas com a Lei Maria da Penha, de 2006, é que surgiu uma especificação sobre família que viabilizou o reconhecimento das famílias homoafetivas: “Com a Lei Maria da Penha, pela primeira vez em termos de legislação, a família é reconhecida também pela comunidade formada por indivíduos unidos por afinidade ou vontade expressa, mesmo que não se considerem aparentados, independentemente da orientação sexual que possuam”.⁴⁴

Apesar de começar a figurar na lei, a prática é sempre mais complexa. Para que as adoções fossem realizadas em nome do casal, havia a demanda de que este fosse formalizado por casamento ou união estável, o que só passou a ser uma realidade para LGBT+ em 2011, quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu direito civil à união estável entre pessoas do mesmo sexo. Ainda assim, à época, o IBOPE realizou uma pesquisa⁴⁵ que constatava que 55% da população brasileira não era a favor nem da união, nem da possibilidade da adoção por casais homoafetivos. É muito presente entre a média da população a ideia de que seja fundamental a presença de um pai e uma mãe heterossexuais para a adequada criação dos filhos, isso num país em que mais da metade das famílias é composta por arranjos familiares outros que não são o “pai-mãe-filhos”.⁴⁶ O resultado é que alguns profissionais que estão responsáveis por fazer acontecer a ponte entre crianças/adolescentes e os candidatos à família afetiva podem ser influenciados por esse senso comum e dificultar a adoção, alegando fatores outros que não o preconceito (no caso do primeiro casal de homens gays a adotar uma menina, a negação que receberam no processo foi a de que eles não tinham um imóvel próprio, o que não configura como pré-condição para a adoção).

Atualmente, existem 34,4 mil pretendentes dispostos a adotar, 2 mil em processo de adoção e 9,8 mil que já adotaram alguma vez dentro dos cadastros do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).⁴⁷ Matematicamente, temos 21 candidatos para cada criança ou adolescente disponível. Mesmo com tantos interessados, ainda há 5 mil crianças e

44 Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/ym6qv/pdf/baranoski-9788577982172.pdf>. Acesso em: 17 out. 2021.

45 <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/07/55-das-pessoas-sao-contrario-uniao-estavel-gay-diz-pesquisa-do-ibope.html>

46 PNAD 2005, revelando que apenas 42,3% dos lares pesquisados eram compostos por pai, mãe e filhos.

47 Dados presentes na cartilha *Adoção e o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária*. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/julho/cartilha-apresenta-o-panorama-da-adocao-no-brasil/Cartilha_Adoeodireitodecrianaseadolescentes-convivenciafamiliarcomunitaria..pdf. Acesso em: 17 out. 2021.

adolescentes aguardando a adoção, o que se explica principalmente por conta dos critérios que as famílias afetivas estipulam para poder adotar. Somente 0,3% desejam adotar adolescentes, e estes representam 77% do total.

Na maioria dos casos, os pretendentes expressam o desejo de adoção em relação a bebês brancos, de preferência do sexo feminino e que não tenha irmãos, o que não corresponde ao perfil da maior parte de quem está disponível para adoção. 21,3% das crianças e adolescentes que seguem buscando uma família, além disso, apresentam problemas de saúde, 8,5% apresentam deficiência intelectual e 13,8% deficiências físicas. Não há levantamento específico sobre sexualidade e expressão de gênero entre os disponíveis para adoção, inclusive por ser um dado complexo de ser analisado nessa faixa etária, mas juízes e funcionários do sistema chegam a mencionar que se identificar como LGBTQ+ é um fator adicional que também pode dificultar a adoção.

Apesar de ser possível identificar discriminações sofridas tanto pelos candidatos à adoção quanto pelos adultos que querem adotar, as conquistas abrem caminhos para que mais essa possibilidade de acolhida seja cada vez mais uma realidade para famílias LGBTQ+. Continuar vigilantes, lutar por melhorias no processo e não permitir retrocessos são as principais tarefas do momento em relação ao assunto.

LGBTQ+ nos movimentos de luta por moradia

Até agora, nessa segunda parte do dossiê, mencionamos ações localizadas de acolhida LGBTQ+, realizadas por comunidades religiosas, “famílias da noite”, membros do poder público e indivíduos ou coletivos organizados. Falta falar sobre a fundamental ação dos movimentos sociais.

O movimento LGBTQ+, diferente de outros tipos de movimento, é construído por milhares de grupos, entidades e militantes independentes que compartilham esforços pela defesa e promoção dos direitos da população LGBTQ+. Em geral, os historiadores marcam os anos 1970 como o início das ações mais organizadas em relação à pauta LGBTQ+. Algumas figuras e organizações se destacam por sua ação continuada no tempo, como é o caso do vanguardista Grupo Somos, ou os atuais Grupo Gay da Bahia, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT); e uma quantidade gigantesca de nomes de personalidades que se tornaram referência na luta. No entanto, a luta por moradia dentro do movimento LGBTQ+ é um tanto fragmentada, é uma entre várias frentes de atuação.

Por conta disso, encontramos nos movimentos de luta por moradia de maneira mais proeminente esse cruzamento entre as necessidades específicas de LGBTQ+ e sua reivindicação específica por teto. Somente em São Paulo, como cidade mais populosa do país, temos mais de 150 movimentos de luta por moradia.⁴⁸ Isso significa que varia muito o modo como cada movimento lida (ou deixa de lidar) com as necessidades específicas de LGBTQ+

48 O Globo. *São Paulo já tem mais de 150 movimentos de luta por moradia: entenda como eles funcionam*. 06.05.2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo-ja-tem-mais-de-150-movimentos-de-luta-por-moradia-entenda-como-eles-funcionam-22658189>. Acesso em: 5 out. 2021.

que estão em busca de um teto.

As ocupações de terra e de imóveis em situação de irregularidade são realizadas pela parcela mais pauperizada da população, e demandam um exercício sem igual de convivência entre diferentes em situação precária. Se dormir, acordar e passar o dia todo durante uma semana com um tio folgado, uma avó que não te aceita, já tem suas dificuldades, imagina ter que peitar uma situação de ocupação (que enfrenta constantemente ameaças de despejo e instabilidades várias até que sua reivindicação seja reconhecida) com pessoas que você vai conhecendo conforme divide o espaço reivindicado, sem outros elementos em comum... Mas é justamente aí que a organização dos movimentos faz a diferença. Movimentos bem organizados constroem regras e metodologias próprias em conjunto com seus militantes para garantir entre todos a convivência mais harmônica e respeitosa possível, possibilitando a permanência na luta até a conquista do lote ou da casa própria.

Como a população LGBT+ possui algumas especificidades em relação aos sem tetos e sem terras heterossexuais ou cisgêneros (travestis e transexuais costumam demandar o uso de banheiros em conformidade com sua identidade de gênero, LGBT+ podem não se encaixar nas divisões clássicas de tarefas por gênero, podem não se ajustar às divisões de barracos ou lotes por composição “familiar” etc), alguns movimentos de luta por moradia criam “setores LGBT+” dentro da sua organicidade para garantir o combate ao machismo e à LGBTfobia dentro das ocupações e as condições necessárias para que LGBT+ que se incorporam ao movimento sejam realmente acolhidos. Vamos ver como os dois maiores movimentos desse gênero lidam com o assunto.

Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST)

O MST, surgido em 1984 no sul do país, hoje está presente em 24 dos 27 estados brasileiros. Reúne cerca de 400 mil famílias que já conquistaram sua terra e mais 120 mil acampadas com o mesmo objetivo. Formado com o objetivo de pressionar o poder público para a realização da reforma agrária, respaldada pelo reconhecimento dos direitos constitucionais do uso social da propriedade, direito à moradia digna, trabalho e educação do e no campo, o movimento realiza ocupações de latifúndio e tem um projeto amplo de preservação dos recursos naturais, promoção da agroecologia e produção de alimentos saudáveis. Por meio desses objetivos, o MST e outros movimentos populares do campo fortalecem a agricultura familiar e barram tanto o êxodo rural, que infla as periferias urbanas e completa o ciclo de marginalização da população, quanto a especulação fundiária e a exploração insustentável da terra pelo agronegócio.⁴⁹

Ao longo de sua existência, conforme foi crescendo e avaliando seus erros e acertos, foi progressivamente aprofundando seu compromisso com o combate ao machismo e à violência de gênero, constituindo um setor de gênero. Também construiu setores como o de juventude, cultura, educação, saúde e, mais recentemente, o setor LGBT+.

49 Essas e mais informações sobre o MST podem ser consultadas em <https://mst.org.br/>.

Antes da criação do setor LGBT+, uma série de iniciativas individuais ou localizadas já vinha ganhando força. Em 2005, Zildenice dos Santos e Darci dos Santos foram o primeiro casal de mulheres lésbicas a conquistarem o direito de ter o lote no nome das duas pelo INCRA,⁵⁰ no Assentamento Zumbi dos Palmares, Iaras, SP. Em 2014, Daiane Paz e Mariana Arante, de Catanduvas, SC, Assentamento 25 de julho, conseguiram registrar o filho com dupla maternidade. Em 2015, foi inaugurado o debate nacional sobre diversidade sexual na organização, com o primeiro seminário nacional realizado, com duração de 3 dias, reunindo militantes de 13 estados. Em 2016 surge a palavra de ordem “O patriarcado destrói, o capitalismo faz a guerra: o sangue LGBT também é sangue sem-terra”, e há a inclusão de referências à orientação sexual e identidade de gênero nas normas gerais do movimento.

O coletivo LGBT+ do MST é oficializado em 2018, com o objetivo de enfrentar o desafio de enraizamento “do debate da diversidade sexual no MST, contribuindo para a superação dos limites que são encontrados nos assentamentos e acampamentos, sobretudo no que diz respeito à falta de conhecimento sobre a homossexualidade, a bissexualidade e a transexualidade, mas também à construção de novas relações, livres de opressões e exploração”.⁵¹ Symmy Larrat, presidenta da ABGLT:

Não há revolução possível que arrume a casa escondendo suas diferenças nos armários, porque nossas diferenças são a diversidade que nos move e que nos faz ser o que somos.⁵²

É muito interessante como o MST entende a conexão entre colonização dos corpos e colonização da terra, e talvez essa formulação faça com que a luta pela terra seja entendida de modo menos distanciado:

(...) existe um elo histórico entre a luta pela terra, realizada pelo movimento camponês sem-terra, e a luta travada pelo povo negro e indígena, que dela foi expropriado. Devemos observar que no Brasil, assim como em outros territórios, a colonização não se deu somente em relação à terra, foi também a colonização dos corpos: porque retirou a humanidade à força, reduziu homens e mulheres negros e negras, indígenas, a “coisas”, ferramentas de trabalho. Deu-se também a colonização das relações entre as pessoas; das pessoas para com a terra; dos bens naturais; dos valores e da ancestralidade dos povos; da forma de comer e de vestir; de pensar e de agir. A colonização não foi somente do território, mas de tudo o que nele existe.

Na visão do movimento,

Se o campo produz vida, nele devemos zelar e cuidar de todas as dimensões que a circundam. Para que as LGBTs possam se reconhecer neste território, entendendo que o campo não é somente um local para a produção de alimentos, mas é, também, o seu lugar para viver, para cons-

50 MARIANO, Alessandro; PAZ, Thais Terezinha (org). *LGBT sem terra: rompendo cercas e tecendo a liberdade*. São Paulo: Ed. Dos autores, 2021, p. 27.

51 Idem, p. 119.

52 Idem, p. 9.

truir formas livres de se relacionar afetiva e sexualmente. Não são poucos os relatos das LGBTs camponesas e indígenas que por enxergar que sua existência não ‘cabe’ no campo acabam migrando para os grandes centros urbanos: em troca do anonimato, acabam pagando, muitas vezes, o custo da violência, do não pertencimento e do isolamento.

A reforma agrária popular pode ser um caminho para garantir que o campo seja um lugar digno para se viver, oferecendo a possibilidade concreta de que as pessoas tenham acesso a moradia, alimentação saudável, a trabalho e renda, vivendo livremente sua sexualidade.⁵³

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

O MTST, fundado em 1997, luta principalmente pelo direito à moradia, pela reforma urbana e pela diminuição da desigualdade social. Atualmente o movimento organiza 55 mil famílias de trabalhadores urbanos em 14 estados do Brasil,⁵⁴ “a partir do local em que vivem: os bairros periféricos. Não é e nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morar nas periferias; ao contrário: o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes”.⁵⁵

Guilherme Boulos, membro da coordenação nacional do MTST, tornou o movimento mais conhecido a partir do momento em que concorreu à presidência, em 2018, e à prefeitura de São Paulo, em 2020. Mais recente e menor do que o MST, e focado nas áreas urbanas, o MTST também vem fortalecendo seu setor LGBT+.

Vejamos alguns depoimentos de moradoras LGBT+ de ocupações do MTST, compilados pelos Jornalistas Livres:⁵⁶

“Quando você mora de favor, você dorme a hora que o dono da casa quer, come o que querem que você coma. Hoje na minha ocupação tenho minha casinha”.

Rakelin Delivery, mulher trans militante do MTST

“Nas ocupações do MTST participam muitos (sic) travestis, homossexuais, lésbicas e gays que, por não ter uma moradia digna, precisam morar nas casas de pessoas de

53 Idem, p. 123.

54 As referências ao MTST são extraídas de <https://mtst.org/>.

55 Idem, na aba *As linhas políticas do MTST*.

56 Oliveira, Michelli. Diversidade presente nas ocupações. Jornalistas Livres, 1 jun 2015. Disponível em: <https://medium.com/@jornalistaslivres/diversidade-presente-nas-ocupa%C3%A7%C3%B5es-4860671241c2>. Acesso em: 05 out. 2021.

favor, precisam pagar cafetinas e diárias, mas o MTST em si tem nos dado essa oportunidade de termos uma moradia digna, uma moradia própria”.

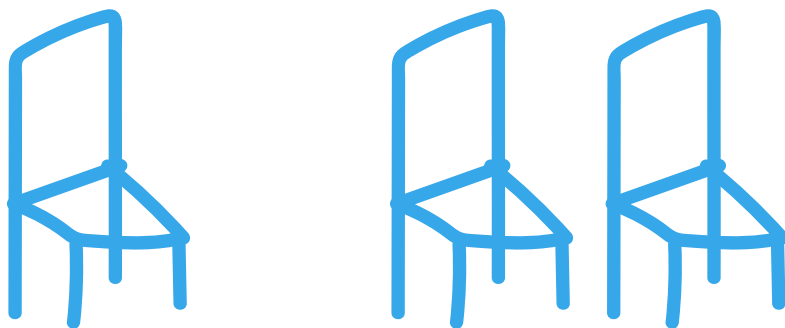
Raquilane Rios, travesti militante do MTST

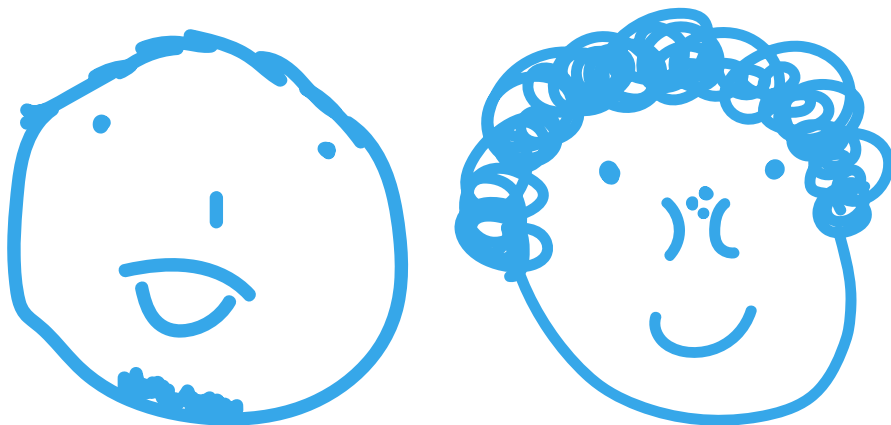
Já vimos no item **Breve panorama da questão da moradia no Brasil e no mundo** como a questão da falta de moradia afeta a população brasileira como um todo. Depois dele, fomos detalhando as várias camadas de vulnerabilidades extras que grande parcela da população LGBTQ+ vai agregando ao longo da sua experiência escolar, de trabalho, de convivência familiar e nas relações sociais que fazem com que a luta por um teto seja entendida como urgente, necessária e abrangendo muitas especificidades. Na parte das acolhidas, percorremos algumas das principais iniciativas que viabilizam esses novos tetos, novos espaços, novas redes.

Esperamos que a leitura tenha contribuído para fornecer dados e reflexões sobre as conexões entre a vida LGBTQ+ e a questão da moradia. Que seja mais fácil perceber as características estruturais dessa situação. Isso não ameniza por si só o sentimento de desamparo quando nos vemos sem condições de garantir um local seguro para chamarmos de lar, mas esperamos que, com a leitura feita, as principais referências que temos sobre o assunto possam chegar a você e a toda LGBTQ+ que precisar.

Se vivemos num cenário de constante ameaça dos direitos básicos LGBTQ+, isso também acontece porque vivemos simultaneamente em um momento inédito de levantes coletivos e individuais contra as discriminações e violências contra LGBTQ+. Nunca ousamos resistir e demandar tanto reconhecimento, e os LGBTQófobos acabam também se organizando para contra-atacar por sentirem que as bases de seus privilégios estão sendo questionadas.

Para seguir nessa resistência, estude sempre, se informe o máximo que puder, e se organize.





Este dossiê, em edição eletrônica, foi composto nas fontes Gilbert e Helvetica. A pesquisa foi conduzida por Lia Urbini, com colaboração de Pedro Lopes, em 2021. O projeto gráfico é de Bruno O.. A revisão do texto foi feita por Mariana Penteadó e João Paes. Este dossiê foi realizado pela Casa 1 em colaboração com o #VoteLGBT. Publicado em junho de 2022, em São Paulo.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Urbini, Lia
Dossiê LGBT+ e moradia [livro eletrônico] / Lia
Urbini. -- 1. ed. -- São Paulo, SP : Casa 1 : VoteLGBT, 2022.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-992897-9-8

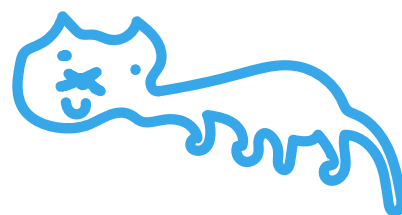
1. Direito à educação - Brasil 2. Direito à moradia - Brasil 3. Direito ao trabalho - Brasil 4. Discriminação - Aspectos sociais 5. Identidade de gênero 6. Igualdade social - Brasil 7. LGBT+ - Siglas 8. Segurança (Direito) 9. Violência - Aspectos sociais 10. Vulnerabilidade I. Título.

22-114478

CDD-305.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Diversidade sexual : Moradia : Sociologia 305.3
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



#VOTE
LGBT

dd coleção
dossies
~;:/C/E



CASA 1